

1. Apresentação

A presente Política de Privacidade tem por finalidade explicar, de forma clara e transparente, como a **Rodriguez Advocacia** realiza a coleta, o uso, o armazenamento, o compartilhamento e a proteção de dados pessoais de usuários, clientes, potenciais clientes, representantes, visitantes do site e demais pessoas que se relacionem com o escritório por meios digitais ou presenciais.

O tratamento de dados pessoais realizado pelo escritório observa a legislação aplicável, em especial a **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, e busca respeitar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, transparência, segurança, prevenção e responsabilização.

2. Quem é o responsável pelo tratamento dos dados

Para os fins desta Política, o **controlador** dos dados pessoais é:

Guilherme Costa Rodriguez – Rodriguez Advocacia

Endereço: Av. Carlos Gomes, 222, 8º andar, Porto Alegre/RS

E-mail de contato: contato@rodriguezadvocacia.adv.br

Telefone / WhatsApp: (51) 99497-7292

Nos termos da LGPD, o controlador é quem toma as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Operadores são terceiros que realizam tratamento em nome do controlador.

3. Abrangência desta Política

Esta Política se aplica aos dados pessoais tratados em razão de:

- navegação no site do escritório;
- preenchimento de formulários de contato;
- contatos por e-mail, telefone, WhatsApp ou outros canais institucionais;
- atendimento jurídico inicial;
- relacionamento com clientes, potenciais clientes, parceiros, fornecedores e correspondentes;
- atividades administrativas e institucionais relacionadas ao funcionamento do escritório.

4. Quais dados pessoais podem ser coletados

O escritório poderá coletar, conforme o caso e a finalidade do atendimento, as seguintes categorias de dados pessoais:

a) Dados de identificação e contato

Nome completo, telefone, WhatsApp, e-mail, cidade, estado e demais informações fornecidas pelo usuário em formulários ou canais de atendimento.

b) Dados relacionados à demanda jurídica

Informações inseridas pelo titular ao descrever seu caso, documentos enviados

espontaneamente, histórico de atendimento e demais dados necessários para análise inicial, orientação ou eventual prestação de serviços advocatícios.

c) Dados de navegação

Informações sobre acesso ao site, como endereço IP, data e hora de acesso, tipo de navegador, páginas visitadas e cookies, quando aplicável.

d) Dados administrativos e contratuais

Dados necessários para cadastro, faturamento, cumprimento de obrigações legais, emissão de documentos e formalização de contratos.

Pelo conceito da LGPD, tratamento de dados abrange operações como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, armazenamento, compartilhamento e eliminação.

5. Finalidades do tratamento de dados

O escritório poderá tratar dados pessoais para as seguintes finalidades:

- receber e responder solicitações enviadas pelo site ou por canais institucionais;
- realizar atendimento inicial e análise preliminar de demandas jurídicas;
- entrar em contato com o titular por telefone, WhatsApp ou e-mail;
- agendar reuniões, consultas e atendimentos;
- elaborar propostas, contratos e documentos relacionados à prestação de serviços advocatícios;
- cumprir obrigações legais, regulatórias e éticas aplicáveis à atividade profissional;
- manter registros internos, administrativos e financeiros;
- garantir segurança, prevenção a fraudes e proteção dos sistemas;
- aprimorar a experiência de navegação e o funcionamento do site;
- resguardar direitos do escritório em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

A LGPD exige que o tratamento esteja vinculado a finalidades legítimas, específicas e informadas ao titular.

6. Bases legais utilizadas

O tratamento de dados pessoais poderá ocorrer com fundamento em uma ou mais bases legais previstas na LGPD, conforme a natureza do caso, incluindo:

- **consentimento do titular**, quando necessário;
- **cumprimento de obrigação legal ou regulatória**;
- **execução de contrato** ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato;
- **exercício regular de direitos** em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- **legítimo interesse**, quando aplicável e observados os direitos e liberdades fundamentais do titular;

- **proteção do crédito**, quando cabível.

As bases legais para o tratamento estão previstas na própria LGPD, e os direitos do titular variam conforme a hipótese concreta e a base jurídica aplicável.

7. Dados sensíveis e informações jurídicas

Em razão da natureza da advocacia criminal, alguns atendimentos podem envolver informações particularmente sensíveis do ponto de vista pessoal ou estratégico. O escritório trata essas informações com **reserva, controle de acesso e confidencialidade**, adotando medidas compatíveis com a natureza da atividade exercida e com o dever profissional de sigilo.

Quando o tratamento envolver categorias de dados sujeitas a proteção reforçada pela LGPD, o escritório adotará a base legal pertinente e as cautelas compatíveis com a sensibilidade das informações. A LGPD prevê disciplina específica para dados pessoais sensíveis.

8. Compartilhamento de dados pessoais

Os dados pessoais poderão ser compartilhados, quando necessário e dentro dos limites legais, com:

- provedores de hospedagem de site, e-mail, armazenamento em nuvem e tecnologia;
- plataformas de comunicação e atendimento;
- prestadores de serviços administrativos, financeiros ou de suporte operacional;
- correspondentes, parceiros profissionais e fornecedores contratados, quando necessário ao atendimento;
- autoridades públicas, órgãos reguladores ou Poder Judiciário, quando houver obrigação legal, ordem válida ou necessidade de exercício regular de direitos.

Sempre que houver compartilhamento com terceiros operadores, ele deverá ocorrer para finalidades legítimas e compatíveis com esta Política e com a LGPD. O titular também pode solicitar informações sobre entidades com as quais houve uso compartilhado de seus dados pessoais.

9. Cookies e tecnologias semelhantes

O site poderá utilizar cookies e tecnologias semelhantes para:

- permitir o funcionamento adequado das páginas;
- melhorar desempenho e segurança;
- obter estatísticas de acesso;
- memorizar preferências de navegação.

Quando aplicável, o usuário poderá gerenciar cookies por meio das configurações de seu navegador ou de ferramenta disponibilizada no próprio site. Certas funcionalidades podem ser impactadas caso alguns cookies sejam desabilitados.

10. Armazenamento e prazo de retenção

Os dados pessoais serão armazenados somente pelo tempo necessário para cumprir as finalidades para as quais foram coletados, bem como para atender obrigações legais, regulatórias, contratuais, de prestação de contas e de resguardo de direitos.

Os prazos poderão variar conforme:

- a natureza do contato ou atendimento;
- a existência de relação contratual;
- exigências legais ou regulatórias;
- necessidade de preservação de documentos e registros para exercício regular de direitos.

Sempre que possível e cabível, os dados serão eliminados, anonimizados ou mantidos sob bloqueio após o encerramento de sua necessidade operacional ou legal. A LGPD prevê direitos de eliminação, anonimização e bloqueio em determinadas hipóteses.

11. Segurança da informação

A Rodriguez Advocacia adota medidas técnicas e administrativas razoáveis para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração, destruição, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Essas medidas podem incluir, conforme aplicável:

- controle de acesso a sistemas e documentos;
- uso de senhas e autenticação;
- limitação de acesso por necessidade profissional;
- armazenamento em ambientes protegidos;
- revisão de procedimentos internos.

Embora sejam adotadas medidas de segurança compatíveis, nenhum ambiente digital é completamente imune a riscos, motivo pelo qual o titular também deve adotar boas práticas de proteção de suas informações.

12. Direitos do titular dos dados

Nos termos da LGPD, o titular pode solicitar, observadas as limitações legais e regulatórias aplicáveis:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados pessoais;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei;
- portabilidade dos dados, quando cabível;

- eliminação dos dados tratados com consentimento, nas hipóteses legais;
- informação sobre compartilhamento de dados;
- informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências, quando aplicável;
- revogação do consentimento, quando essa for a base legal;
- solicitação de revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado, quando aplicável.

Esses direitos estão previstos na LGPD, especialmente nos arts. 18 e 20, e podem ser exercidos perante o controlador. Caso o titular não consiga exercer seus direitos perante o controlador, pode apresentar petição à ANPD.

13. Como exercer seus direitos

Para exercer seus direitos relacionados a dados pessoais, o titular poderá encaminhar solicitação para:

E-mail: contato@rodriguezadvocacia.adv.br

Assunto sugerido: “Privacidade e Proteção de Dados”

O escritório poderá solicitar informações adicionais para confirmar a identidade do solicitante e garantir a segurança do atendimento da requisição.

14. Encarregado pelo tratamento de dados pessoais

O encarregado pelo tratamento de dados pessoais (quando designado) é o canal de comunicação entre o controlador, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Encarregado(a): Guilherme Costa Rodriguez

E-mail: contato@rodriguezadvocacia.adv.br

Contato: (51) 99497-7292

A LGPD define o encarregado como esse canal de comunicação, e a ANPD orienta que sua identidade e seus dados de contato sejam divulgados publicamente de forma clara e objetiva.

15. Transferência internacional de dados

Caso o escritório utilize fornecedores de tecnologia, hospedagem, e-mail, armazenamento ou comunicação com infraestrutura fora do Brasil, poderá haver transferência internacional de dados, sempre observados os requisitos legais aplicáveis e a adoção de salvaguardas adequadas.

16. Links para sites de terceiros

O site poderá conter links para páginas, plataformas ou redes sociais de terceiros. Esta Política não se aplica a esses ambientes externos, que possuem regras próprias de privacidade e tratamento de dados. Recomenda-se que o usuário consulte as respectivas políticas antes de fornecer suas informações.

17. Caráter informativo do site

As informações disponibilizadas no site da Rodriguez Advocacia possuem caráter institucional e informativo. O envio de formulários, mensagens ou documentos pelo usuário não garante, por si só, a contratação de serviços advocatícios nem substitui a análise técnica individualizada do caso concreto.

18. Atualizações desta Política

Esta Política de Privacidade poderá ser alterada a qualquer tempo para refletir mudanças legais, regulatórias, operacionais ou tecnológicas. A versão mais atual estará sempre disponível no site do escritório, com indicação da data de atualização.

Última atualização: [preencher data]

19. Canal de contato

Em caso de dúvidas sobre esta Política ou sobre o tratamento de dados pessoais realizado pela Rodriguez Advocacia, entre em contato por meio dos canais abaixo:

Rodriguez Advocacia

Av. Carlos Gomes, 222, 8º andar – Porto Alegre/RS

E-mail: contato@rodriguezadvocacia.adv.br

Telefone / WhatsApp: (51) 99497-7292

Site: www.rodriguezadvocacia.adv.br